

GILBERTO FREYRE E A RUPTURA CONSERVADORA COM A “GERAÇÃO” ENSAÍSTICA BRASILEIRA

GILBERTO FREYRE AND THE RUPTURE WITH THE ‘GENERATION’ OF BRAZILIAN ESSAY

Gabriel Tardelli

Gabriel Tardelli é professor colaborador (pós-doutorado) do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB), onde defendeu a sua tese de doutorado sobre os deslocamentos dos indígenas warao da Venezuela para o Brasil, tendo como foco o processo de atualização do colonialismo. É mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisador do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP/DAN/UnB) e do Laboratório Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias (MOBILE/DAN/UnB).

RESUMO

Interpretar é, antes de tudo, um ato de criação. E foi assim que uma série de autores, que constituem o que chamamos de “pensamento social brasileiro”, contribuíram para determinadas representações que temos do “Brasil”. A partir das lições do sociólogo Luiz Werneck Vianna, que iam dos debates entre americanistas e iberistas à influência de Antonio Gramsci em nossas Ciências Sociais, percorreremos neste ensaio as páginas de alguns dos “clássicos” que reverberaram no decorrer de sua trajetória intelectual. O meu foco recairá sobre as tensões entre sociedade e Estado nos textos de Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, respectivamente. Ao contrastá-los, veremos como se deu o processo de ruptura de Freyre com os ensaístas que lhe antecederam e como Werneck Vianna nos deixou um legado de caminhos e questões instigantes para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Luiz Werneck Vianna; Visconde do Uruguai; Tavares Bastos; Euclides da Cunha; Gilberto Freyre.

ABSTRACT

Interpreting is, first and foremost, an act of creation. And this is how a series of authors, who make up what we call ‘Brazilian social thought’, have contributed to certain representations we have of ‘Brazil’. Starting from the lessons of sociologist Luiz Werneck Vianna, which ranged from the debates between americanists and iberists to the influence of Antonio Gramsci on our Social Sciences, in this essay we will go through the pages of some of the ‘classics’ that reverberated throughout his intellectual career. My focus will be on the tensions between society and the state in the texts of Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Euclides da Cunha, and Gilberto Freyre, respectively. By contrasting them, we will see how Freyre broke with the essayists who preceded him and how Werneck Vianna left us a legacy of paths and questions that are instigating future research.

Keywords: Luiz Werneck Vianna; Visconde do Uruguai; Tavares Bastos; Euclides da Cunha; Gilberto Freyre.

“Existirmos: a que será que se destina?”¹

A palavra “ensaio” significa, de maneira abrangente, o ato ou efeito de ensaiar, isto é, um teste, um experimento, uma prova. No âmbito da literatura, significa uma “prosa livre que versa sobre tema específico, sem esgotá-lo, reunindo dissertações menores, menos definitivas que a de um tratado formal, feito em profundidade” (Houaiss; Villar, 2001, p. 1158). Esse texto multifacetado serviu para que o escritor e filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), em seus ensaios, dissertasse sobre diferentes assuntos, mas sempre no sentido de alguém que fala de algo ou sobre algo ou alguém, ou seja, um ensaio pode ser uma sondagem introspectiva pela qual seu autor dialoga com seu tempo e com os *outros*.

No decorrer da história do Brasil, o ensaio fora utilizado em diferentes momentos, com finalidades distintas, dividindo com os gêneros literários, bem como com as inúmeras formas de expressão que por aqui grassaram, a preferência daqueles que tentaram compreender o que diabos seria o “Brasil”. Não são, portanto, somente os relatos dos viajantes que aportaram em terras brasileiras ou as pesquisas historiográficas, sociológicas e antropológicas estritamente científicas que contribuíram para a compreensão de nossas características e peculiaridades. Historiadores, sociólogos, antropólogos e indivíduos de formações e origens socioeconômicas distintas utilizaram-se largamente do ensaio, cujo caráter menos cientificista vincula-se a esse constante tatear – não é uma verdade ou uma certeza; é uma sondagem *a priori*.

Ademais, são infindáveis as janelas que podem ser abertas ao se percorrer suas páginas. Foi o que pude apreender em Teorias do Brasil I, disciplina ministrada pelo sociólogo Luiz Werneck Vianna, no primeiro semestre de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS/PUC-Rio). Sentado, de pernas cruzadas, o chapéu ora na cabeça, ora apoiado na mesa, Werneck Vianna tecia comentários pausados, espontâneos e, ao mesmo tempo, calculados sobre textos pelos quais navegou durante praticamente toda a sua vida acadêmica. Alguns deles tornaram-se seus “clássicos”, isto é, marcaram sua trajetória intelectual e continuavam reverberando em suas pesquisas. Werneck Vianna escreveu muitos ensaios, mas também ensaiava em sala de aula, levantando questões para as quais não necessariamente havia respostas. Afinal, estávamos refletindo acerca de nossa condição enquanto brasileiros – “Existirmos: a que será que se destina?”.

Neste artigo que ora apresento, a partir de uma bibliografia escolhida um pouco de maneira aleatória e um pouco porque foram as obras que mais me tocaram – ao menos naquele momento de minha vida –, eu gostaria de retomar algumas indagações que me foram suscitadas durante as lições de Werneck Vianna, experiência de suma importância para a minha formação como antropólogo. Seguindo as sugestões dele, abriremos algumas janelas, notadamente as que

¹ Primeiro verso da canção de VELOSO, Caetano. *Cajuína*. Belo Horizonte: Letras, c2003-2024. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44704/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

acredito estarem presentes em textos tão distantes uns dos outros, quer no tempo, quer no espaço. São autores que dialogam com outras influências e filiações intelectuais, mas que, ao problematizarem o Brasil, depararam-se com questões muito semelhantes.

Ressalta-se, no entanto, que análises comparativas são sempre perigosas, na medida em que se pode incorrer no erro de se ler o passado com as lentes do presente, reproduzindo anacronismos e preconceitos. Isso, no entanto, não invalida tal exercício. Por outro lado, acredito que tanto a noção de periodicidade quanto as próprias datas históricas devam ser questionadas;² mas irei utilizá-las para facilitar a contextualização dos textos e de seus autores e para demonstrar a permanência de certas “marcas de origem” – na expressão tocquevilleana.

Como dito anteriormente, abrirei somente algumas janelas – caberá a você, leitor, outras aberturas. Desse modo, o que me interessa neste artigo é discutir a maneira pela qual as tensões entre sociedade e Estado foram interpretadas por Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Para ser mais preciso, interessa-me compreender o processo de ruptura de Freyre com os ensaístas que o antecederam. Isso porque, como apontou DaMatta (2012), o Estado, o governo, o universo das leis e da política estão praticamente ausentes em *Sobrados e mucambos* (1936) – obra à qual me debruçarei mais atentamente, por ser o elo entre *Casa-grande & senzala* (1933) e *Ordem e progresso* (1957),³ as quais, juntas, integram o projeto freyreano de contar a história da sociedade patriarcal no Brasil.

Nesse sentido, Freyre, como veremos, rompe com aqueles ensaístas por três motivos: primeiramente, concentra suas observações na sociedade, não na figura estatal; em segundo lugar, adentra no âmbito privado para entender o espaço público; em terceiro, enxerga positivamente essa sociedade. Nesse último ponto, enquanto os demais autores vasculhavam as entranhas do passado à procura de nossas patologias originárias, Freyre enaltece e reafirma nossas virtudes e qualidades; enquanto para aqueles nosso passado nos condenava a uma realização futura, Freyre subverte essa lógica, apontando que já somos uma sociedade e que escolhemos um dentre tantos caminhos possíveis.

Não obstante, o estudo de sua obra, como afirma Mota (1978, p. 54), permite a análise da “cristalização de uma ideologia com grande poder de difusão: a ideologia da cultura brasileira”. A própria postura de Gilberto Freyre é bastante sintomática, servindo como “objeto de investigação estratégico: contém as ambiguidades daquilo que se poderia denominar uma ‘geração’ de explicadores da ‘cultura brasileira’. Uma espécie de caso-limite” (Mota, 1978, p. 54).

² Prado Junior (2008, p. 47) faz uma crítica pertinente nesse sentido acerca da data que se tem enquadrado a Independência: “O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antes datada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808”.

³ Gilberto Freyre tinha, ainda, a intenção de completar a série com um livro que seria intitulado “Jazigos e covas rasas”, mas tal projeto nunca veio a lume.

É nesse sentido que adotarei o vocábulo “geração” para designar uma espécie de “tradição” – sem perder de vista que se trata sempre de uma invenção. Uma “geração” de explicadores e, portanto, de intérpretes da “cultura brasileira”. Mas, se as interpretações são tão inventivas quanto às tradições, nossos ensaístas foram, em última instância, criadores dessa “cultura”.

Do mesmo modo que não há texto sem contexto, não há autor sem enraizamento social e econômico. No caso de Freyre, seu comportamento intelectual reflete “as expressões de um estamento dominante, embora em crise. Carrega consigo um certo sentido de mundo, as marcas da distinção e do prestígio, uma visão senhorial do mundo” (Mota, 1978, p. 54). Por isso, como veremos, rompe, ao contrário do que possa parecer a princípio, conservadoramente com os demais ensaístas, contribuindo para a manutenção da ordem vigente.

Visconde do Uruguai e Tavares Bastos: dois ensaístas do Império

Senador do Império em 1849, na bancada do Partido Conservador, e conselheiro de Estado em 1853, Paulino José Soares de Sousa (1807-1866) recebera o título de Visconde do Uruguai no ano seguinte, acrescido com as “honras de grandeza”. Nascido na França, mas de pai brasileiro, estudara Direito na Universidade de Coimbra até o quarto ano. Sob as frequentes pressões inglesas, defendera a inevitabilidade do fim do tráfico de escravos, ainda que não se tenha posicionado pela abolição da escravidão.

Seus textos têm a clara influência de Alexis de Tocqueville (1805-1859), autor-chave para América Ibérica; referência, inclusive, para Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1811-1888) – presidente da Argentina que viajara pela Europa e pelos Estados Unidos, estudando seus sistemas educacionais –, bem como para Tavares Bastos. De acordo com Murilo de Carvalho (2002), em *De la démocratie en Amérique*, lançado em 1835, Tocqueville enfatiza as condições históricas do desenvolvimento de cada povo. Assim, “o tipo de imigrante chegado aos Estados Unidos, sua homogeneidade social e religiosa, seu respeito à lei, teriam sido fatores fundamentais na criação da nova sociedade” (Carvalho, 2002, p. 32).

Seguindo os mesmos passos, o diagnóstico de Uruguai, em “Da centralização”, capítulo de *Ensaio sobre o direito administrativo*, publicado em 1862, é desolador. Diferentemente dos ingleses e dos norte-americanos, não tínhamos “uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários” (Carvalho, 2002, p. 429). Éramos, pois, incapazes de nos autogerirmos; daí a necessidade da centralização, que, segundo Trolley, citado por Uruguai, diz respeito à unidade da nação e a unidade do poder (Carvalho, 2002).



Paulino era um “americanista” e, como tal, à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros,⁴ “desenvolveu uma política reconhecidamente ‘americanista’, que enfatizava a importância das nossas relações com os países vizinhos” (Rodrigues, 2011, p. 3). Werneck Vianna (1991), ao analisar os contrastes entre “americanistas” e “iberistas”, sustenta que aqueles

avaliam o atraso – principalmente no caso do debate brasileiro – como função da persistência da herança ibérica na nossa formação histórica, frequentemente omitindo que, aqui, o moderno burguês foi fruto de uma política muito bem-sucedida visando extrair vantagens dele, do que é exemplo a obtenção da lealdade das classes subalternas do campo através do sistema do coronelismo (Vianna, 1991, p. 147).

De modo diferente, quanto ao iberismo, seus adeptos o compreendiam como “um fato culturalmente derivado”, isto é, como um elemento de determinação estrutural que impõe aos atores às circunstâncias, ou como “construção política própria”, associando frequentemente no mesmo projeto “americanistas” e “iberistas”, “particularmente quando esteve em jogo a questão do exclusivo da terra e do controle social das classes subalternas” (Vianna, 1991, p. 147).

Para Uruguai, há dois tipos de centralização: a política (ou governamental) e a administrativa. No primeiro caso, tem-se a concentração “em um mesmo lugar ou na mesma mão” do poder de dirigir os “interesses que são comuns a todas as partes da nação” (Carvalho, 2002, p. 432). Já quanto à centralização administrativa, diz respeito “a certas partes da nação, como por exemplo certas empresa, obras etc.”. De fato, como ressalta Murilo de Carvalho (2002), Uruguai pretendia contrastar o sistema francês com o anglo-americano,⁵ uma vez que

o primeiro aproxima o governo do povo pela administração, o segundo entrega o governo ao povo pela descentralização. O Brasil, argumenta, primeiro copiou mal o modelo anglo-americano, depois copiou, sempre mal, o francês. Conclui que devemos adotar o sistema francês, mas buscar aos poucos o nos aproximar do anglo-americano (Carvalho, 2002, p. 30).

A centralização política seria, portanto, essencial à existência da nação. Nas palavras do próprio Uruguai, “o que é certo é que o poder Executivo, quer considerado como poder político, quer como administrativo, deve ter concentrada em si quanta força for indispensável para bem dirigir os interesses comuns confiados à sua guarda e direção” (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 432). Além disso, o princípio da centralização deve ser aplicado gradualmente, de modo que “cumpra sujeitar a

⁴ Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 1843 a 1844 e de 1849 a 1853, tendo tratado da extinção do tráfico de escravos e da guerra contra Oribe e Rosas, a denominada Guerra do Prata.

⁵ Em visita à França e à Inglaterra, segundo Murilo de Carvalho (2002, p. 28), Uruguai ficara impressionado com o bom funcionamento da administração desses países, onde “tudo se movia com a ordem e regularidade, a população tinha confiança na justiça civil, criminal e administrativa”.



uma centralização maior os negócios de maior importância; a uma centralização média os de importância secundária; a uma centralização mínima ou a uma descentralização completa os negócios de interesse puramente local” (Carvalho, 2002, p. 436-437).

No que diz respeito à descentralização, segundo Uruguai, há também dois tipos: a que “aproxima o governo dos administrados” e outra que “encarrega os administrados de se administrarem a si mesmos” (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 435). Em outras palavras, no primeiro tipo, o poder é disseminado pelas províncias e municípios e está sob os cuidados de representantes do governo; no segundo, não é o governo que trata dos “negócios do povo”, pois este mesmo o faz, ou seja,

a sociedade entra na confecção das leis, na administração e na justiça, como entra entre nós por meio das Assembleias Legislativas Geral e Provinciais, pelas municipalidades, pelo Júri etc. Quanto mais verdade houver na formação dessas corporações, quanto maior independência e extensão tiver a sua ação, maior e mais real será a descentralização, e mais serão multiplicados os centros de vida (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 435).

Todavia, quanto às possibilidades de centralização e descentralização, Paulino, que formava com Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, e Eusébio de Queirós a Tríade Saquarema,⁶ sustentava que dependeriam das “circunstâncias do país, da educação, hábitos e caráter nacionais, e não somente da legislação” (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 435). Nossas características e as circunstâncias não possibilitavam a descentralização e a autogestão.

Por outro lado, apesar de defendê-la, Paulino não perdia de vista os “inconvenientes da centralização excessiva”, sobretudo em relação à liberdade dos cidadãos, que se tornam dependentes do poder central. Isso porque “um governo bem organizado não deve governar tudo diretamente, e substituir em todo e pôr tudo a sua iniciativa, ação e atividade à de todos. Há muitos assuntos nos quais a ação do interesse particular ou local é mais ativa, mais pronta, mais eficaz, mais econômica do que a do governo” (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 442). A centralização, nesse sentido, fomenta o hábito de se esperar tudo do governo: “Todos cruzam os braços e se voltam para ele, todos o acusam, quando se manifesta o mais pequeno mal [sic]” (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 442).

Em conformidade com as leituras que havia feito, como os livros de Michel Chevalier, Edouard Laboulaye e do já mencionado Tocqueville – autores franceses que escreveram a respeito dos Estados Unidos –, além dos escritos de François Guizot, que o influenciaram, Visconde do Uruguai chegou a algumas conclusões: a) era necessário distinguir o plano político, onde estavam os interesses e as facções, do administrativo, que representava a ação concreta do governo; b) a descentralização era o instrumento por excelência de promoção da liberdade política; c) as leis e a

⁶ “Saquaremas” era o apelido dado aos membros do Partido Conservador.

política eram condicionadas sociologicamente; d) se o autogoverno de estilo norte-americano era superior, porém inadequado ao Brasil, tendo em vista que não possuíamos história e hábitos que o tornassem possíveis, deveríamos manter a centralização política, “mas promover lentamente a descentralização administrativa, melhorar a qualidade do governo provincial e, sobretudo, introduzir aos poucos o autogoverno municipal” (Carvalho, 2002, p. 34-53).

No preâmbulo do mencionado ensaio, Visconde do Uruguai já reconhecia algumas de nossas perfeições e imperfeições:

O estudo das nossas instituições tem-me convencido de que, felizmente, as largas e liberais em que assentam são excelentes. Quantas nações se dariam por muito felizes possuindo a metade daquilo com que nos favoreceu a mão amiga da Providência. O desenvolvimento que temos dado àquelas instituições, mais teórico do que prático, é que tem sido defectivo, inçado de lacunas, pouco acomodado mesmo a certas circunstâncias (algumas temporárias) do país (Uruguai *apud* Carvalho, 2002, p. 73).

Desse modo, a despeito da “mão amiga da Providência”, devido à incapacidade de nossa sociedade, assim como à inadequação de seus hábitos, costumes e história em relação ao modelo aspirado, qual seja, o norte-americano, o Brasil apenas poderia *ser* no futuro. Enquanto engatinhávamos, o poder estaria concentrado, a fim de que os governantes decidissem sobre os rumos do nosso destino. Esse diagnóstico não estivera – não está – restrito à figura do Visconde do Uruguai; ao contrário, fora compartilhado por muitos ensaístas.

Um “imenso Portugal” ou o *self-government*? O dilema de Tavares Bastos

Os textos reunidos em *Os males do presente e as esperanças do futuro*, publicado originalmente em 1861,⁷ são bastante representativos das ideias e da obra de Aurelino Cândido Tavares Bastos (1839-1875), importante publicista que se dedicara ao tema da modernização capitalista do Brasil. A imigração, a emancipação da escravidão, o trabalho livre e a instrução eram, assim, questões fundamentais que, segundo ele, deveriam constar nas agendas governamentais. Maçom e protestante, abordou, ademais, os temas da naturalização e da liberdade religiosa.

Tavares Bastos, que pretendia ser um intérprete e um construtor do Brasil futuro (Rodrigues, 1976), utilizara as chaves analíticas da demografia e das liberdades civis em um país de capitalismo agrário e de vocação agrícola. Para ele, o que estorvava a imigração de estrangeiros era o regime escravocrata; ainda que não se tratasse de uma restrição absoluta. Como liberal politicamente moderado, tivera sua posição moldada, sobretudo, pela experiência de 1830, na qual a Regência estivera ameaçada pela “anarquia”. O radicalismo, segundo Bastos, levaria à desordem e, conseqüentemente, ao absolutismo. Enquanto parlamentar ativo e

⁷ A obra fora inspirada em um discurso de José Bonifácio, o Moço, sobrinho do Patriarca, pronunciado na sessão de 28 de junho de 1861 (Rodrigues, 1976).

eficiente, “suas primeiras emendas revelam sua filiação à ideologia do liberalismo econômico, que foi o melhor instrumento de penetração imperialista e de dependência, ainda que informal” (Rodrigues, 1976, p. 10).

A geração de 1870 já conhecia a presença pública de Tavares Bastos. A temática social por ele utilizada aparece sob a marcação de temas políticos, entre os quais o da República, que passará a tomar conta de boa parte do imaginário da época. Em *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (2005), Angela Alonso demonstra como uma parte das elites brasileiras apropriara-se das ideias que circulavam pela Europa a fim de reagir à Monarquia.

Mas Tavares Bastos, segundo Vianna (1991), era um “americanista”. Alagoano e filho de um político da elite nordestina, fora um crítico muito duro do sistema colonial e das relações entre Igreja e Estado. As bases de seus pensamentos, como o de Visconde do Uruguai, estão assentadas em Tocqueville. Desse modo, para ele, os núcleos coloniais, sob inspiração norte-americana, deveriam ser incentivados energeticamente pelo Estado, assim como o imposto territorial, que seria uma maneira de se permitir o acesso à terra. Fundara, inclusive, em 1866, juntamente com outros liberais, a Sociedade Internacional de Imigração, “que visava importar os confederados americanos, gente branca, anglo-saxônica e protestante, e assim melhorar os quadros do nosso povoamento mestiço” (Rodrigues, 1976, p. 11).

De 1831, Tavares Bastos nos conduz à lei de interpretação do Ato Adicional, uma das marcas do Regresso. Visconde do Uruguai é um ator importante nesse processo de mudança, da descentralização à centralização. Os filhos desse período, a exemplo de Joaquim Nabuco, Rio Branco e Rui Barbosa, não lhe poupam críticas, principalmente no que concerne à experiência pouco exitosa de Tavares Bastos diante da descentralização.

Para Tavares Bastos, era necessário que houvesse a abertura dos portos, bem como a do Rio Amazonas, a fim de que saíssemos do isolamento e fôssemos contaminados pelo “espírito” mercantil, como ocorrera no Rio da Prata.⁸ Eram tarefas necessárias, que passavam pelos caminhos tortuosos da assimetria entre Estado e sociedade; sempre em prejuízo da liberdade. Sob o domínio dos saquaremas, o Brasil tornou-se um “imenso Portugal”. Para os liberais, era preciso criar as condições para que fosse possível a implementação do modelo estadunidense. Com as mudanças operadas na base, chegar-se-ia ao projeto livre. A produção de riqueza era, nesse sentido, mais do que uma necessidade; era essencial para se alcançar o *self-government*, igualmente almejado por Visconde do Uruguai, mas por outras vias. Pode-se notar, desse modo, que o programa de Tavares Bastos não estava restrito ao âmbito econômico. Além disso, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, a Europa não lhe servia de referência. Seu desejo

⁸ Em 1864, Tavares Bastos participou da Missão especial do Conselheiro Saraiva ao Rio Prata, como secretário, o que deu motivo a grandes polêmicas na Câmara. Depois, partiu para o Amazonas, em viagem de estudos e observações, de que resultou seu livro *O vale do Amazonas*, publicado em 1866.

era que a sociedade criasse riqueza a partir de sua própria iniciativa, sem depender do Estado e da burocracia. O inimigo de Tavares Bastos, portanto, é o Estado, cravado na tradição ibérica.

Todavia, após traçar o inventário de nossa tradição negativa, assentada no colonialismo e no absolutismo, sustenta que a transformação ocorrerá através de uma reforma política. Os liberais precisariam conquistar o governo para fazê-la. Este é o dilema do liberalismo brasileiro: precisa-se estar no governo para se empreender reformas. Admirador e incentivador do *self-government*, o que mais repugnava Tavares Bastos em nossos males, notadamente nosso sistema colonial de caráter absolutista, era o vaticínio contido no estribilho de Chico Buarque em seu “Fado tropical”: “Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!”.⁹

A teoria política de Euclides da Cunha

A obra de Euclides Rodrigues da Cunha (1866-1909) destaca-se pela análise panorâmica e pela sua afirmação categórica segundo a qual seríamos o único Estado criado a partir de uma teoria política, cuja tarefa, por sua vez, seria criar uma nação. Isso porque, para Euclides, o Brasil era essencialmente fragmentado, estando imerso, conforme observara Visconde do Uruguai, em uma constante tensão entre centralização e descentralização.

Seus estudos foram concluídos no curso de humanidade do Colégio Aquino, onde fora discípulo de Benjamin Constant, que, anos depois, interviria por ele quando de sua expulsão da Escola Militar, em 1888. Euclides da Cunha, insubordinadamente, lançou aos pés do ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho, a sua espada de cadete. Submetido a Conselho de Guerra, foi, devido à indisciplina, desligado do Exército. Logo depois, mudara-se para São Paulo, onde escreveu, a convite de Júlio Mesquita, uma série de artigos.

Proclamada a República, foi reintegrado ao Exército, recebendo promoção; graças a iniciativa de seus antigos colegas da Escola Militar, republicanos como ele, que, através da mediação de Cândido de Rondon, foram a Benjamin Constant e solicitaram a reintegração de Euclides. Em seguida, ingressou na Escola Superior de Guerra, tornando-se primeiro-tenente e bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais. Como engenheiro militar, Euclides conheceu muitos lugares do país.

Nesse mesmo período, ocorria a denominada Guerra de Canudos, sobre a qual se dizia ser um “movimento anarquista”. Durante a fase inicial do conflito, em 1897, Euclides escrevera dois artigos intitulados “A nossa Vendeia” que lhe renderam um convite do jornal *O Estado de S. Paulo* para presenciar o final do conflito como correspondente de guerra. Como muitos republicanos da época, Euclides acreditava que o movimento de Antônio Conselheiro tinha a pretensão de restaurar a monarquia e era apoiado por monarquistas residentes no país e no exterior. Esses

⁹ Versos de BUARQUE, Chico. *Fado tropical*. Belo Horizonte: Letras, c2003-2024. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/71165/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

preconceitos, porém, foram dissipados empiricamente. Assim, embora republicano convicto, tornou-se crítico da própria República.

O texto aqui analisado, “Da independência à república”, compõe uma obra póstuma de Euclides da Cunha, *À margem da história* (1909), e é um marco dos estudos interpretativos do Brasil. Apesar de ser escrito por um republicano, trata-se de um elogio ao Império. Assim, sem avançar na República, Euclides analisa o período imperial, que, para ele, findara com a abolição da escravidão. Sua preocupação dizia respeito às origens e ao advento do regime republicano. Para tanto, como outros intérpretes, recorreu aos relatos dos viajantes para fundamentar seus argumentos.

No contexto em que o texto fora redigido, vigoravam no país tanto as ideias positivistas como o cientificismo próprio da época, cujos principais representantes eram Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903) – a geração de 1860 é, em boa parte, positivista e spenceriana.¹⁰ Não à toa, Euclides compactuava com o cânone clássico da interpretação brasileira segundo o qual não havia unidade entre as raças. Dessa forma, a ausência de laços de solidariedade e a falta de unidade entre as raças ensejaram a interpretação segundo a qual o Brasil seria um “arquipélago desconexo”.¹¹ O risco do caudilhismo e da fragmentação estavam latentes. Por isso, para Euclides, a Independência representara um processo revolucionário. Uma revolução pelo alto, é bem verdade, já que a formação desse Estado se deu pela concertação de vontades e interesses, porém, uma obra liberal do mais genuíno liberalismo.

Anteriormente, “no fim da quadra colonial”, não havia uma “uniformidade de sentimentos”:

O Brasil era amplo demais para os seus três milhões de povoadores em 1800. Além disso, à continuidade territorial, delineada no litoral inteiro, contrapunha-se completa separação de destinos. Os vários agrupamentos em que se repartia o povoamento Metrópole, e de todos desquitados entre si, não tinham uniformidade de sentimentos e rarefeito, envolvendo emperradamente sob o influxo tardo e longínquo dos alvarás de ideais que os impelisse a procurar na continuidade da terra a base física de uma pátria (Cunha, 2005, p. 180-181).

Segundo Euclides, imbuído do pensamento científico da época, éramos “formações mestiças, surgindo de uma dosagem variável de três raças divergentes em todos os caracteres, em que as combinações díspares e múltiplas se engravesciam com o influxo diferenciador do meio físico, de par com as mais opostas condições geográficas” (Cunha, 2005, p. 181). Todavia, a despeito dessas “divergências de ordem étnica e política”, havia uniformidade “nas situações mental, moral e social da colônia”. Éramos mental e moralmente católicos, mas não

¹⁰ Vale ressaltar que Luiz Carlos Prestes (1898-1990), que também fora influenciado pelo positivismo, era cultor de Euclides.

¹¹ Em *A construção da ordem*, publicado originalmente em 1980, José Murilo de Carvalho não cita Euclides, mas os temas ali abordados estão intimamente ligados às ideias deste.

negligenciávamos as “superstições medievais”, o “fetichismo indígena” e o “animismo africano”. Este último elemento, que se caracterizava por “um estado semibárbaro, em que todo o mérito estava na coragem pessoal e todo prestígio na glória militar, repousava sobre a escravidão” (Cunha, 2005, p. 181).

Quanto aos feitos de D. João VI, o texto de Euclides da Cunha contrasta com a bibliografia corrente que pinta a imagem daquele monarca como um homem amorfo, apático e sem vontade. Para Euclides, ao contrário, tratava-se de um verdadeiro estadista, um “mediocre predestinado” que iniciara sua obra com a abertura dos portos. Em outras palavras, tratava-se de um “herói civilizador”. Além de tomar medidas econômicas e culturais bastante importantes, o rei do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves¹² incentivara a imigração; a começar pelos suíços que povoaram e fundaram Nova Friburgo, localizada na região serrana da então província do Rio de Janeiro.

Avesso à bravura, alma ingênua e comodista, ornada de uma placabilidade burguesa, abatido ademais pelas desordens de um lar infeliz, entristecido pela figura da velha rainha mãe D. Maria I, que enlouquecera – a inércia e a visão restrita foram-lhe atributo preeminente: permitiram que lhe agisse intacta, sobre o ânimo, a vontade de alguns homens superiores que em boa hora o rodeavam (Cunha, 2005, p. 183).

Nesse sentido, o caminho escolhido por Euclides para percorrer as tramas da história de seu país é o da valorização de suas origens, ou seja, do elogio da cultura ibérica, em conformidade com a obra de Gilberto Freyre e em contraste com Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Stuart Schwartz e com nossos “americanistas”, Visconde do Uruguai e Tavares Bastos. Elogio de homens como José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, “nosso primeiro economista”; Mariano da Conceição Veloso, “nosso primeiro botânico”; Vicente Seabra; Nogueira da Gama; José Bonifácio de Andrada e Silva; Hipólito José da Costa etc. Elogio, por fim, ao “atributo preexcelente da ditadura real” que favoreceu “esse germinar da expansão civilizadora” (Cunha, 2005, p. 187). É por obra de D. João VI e desses “homens superiores”, como nos lembra Euclides, que foram criadas a Academia de Belas Artes, a Academia de Marinha e Artilharia, o Arquivo Militar, a Escola Médico-Cirúrgica, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, entre outras instituições de suma importância para a mudança de rumos daquele Estado nascente.

No entanto, a “ditadura real” logo seria abalada por dois “movimentos inopinados”: a revolução de 1817, em Pernambuco, e a de Portugal, em 1820. Vencida a primeira, restava a D. João VI combater a segunda, uma revolução liberal constitucionalista. Não por acaso, o

¹² O Brasil foi elevado à categoria de Reino em 16 de dezembro de 1815. Tratava-se de uma “união” com o Reino de Portugal (sua metrópole) e Algarve, devido à transferência da família real e da nobreza portuguesa para o Brasil.

liberalismo e o constitucionalismo que serviram de esteio para a Revolução do Porto em alémmar – “a revolta de uma nacionalidade iludida e sacrificada” (Cunha, 2005, p. 191) –, influenciara inúmeros movimentos revoltosos em terras brasileiras, bem como a fundação do próprio Estado brasileiro. Após a “segunda fuga” de D. João VI – a primeira, de Portugal para o Brasil em função das invasões napoleônicas –, pairava no ar uma nova tentativa de se recolonizar o país, o que seria evitado pela permanência de seu filho, o príncipe D. Pedro I, primeiro soberano do Império do Brasil. É assim que o nosso Estado já nasce com uma Constituição.

Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política. Vimos, de um salto, da homogeneidade da colônia para o regímen constitucional: dos alvarás para as leis. E ao entrarmos de improviso na órbita dos nossos destinos, fizemo-lo com um único equilíbrio possível naquela quadra: o equilíbrio dinâmico entre as aspirações populares e as tradições dinásticas. Somente estas, mais tarde, permitiram que entre os ‘Exaltados’, utopistas avantajando-se demasiado para o futuro até entestarem com a República prematura, e os ‘Reacionários’, absolutista em recuos excessivos para o passado, repontasse o influxo conservador dos ‘Moderados’, ou liberais-monarquistas da Regência, o que equivalia à conciliação entre o Progresso e a Ordem, ainda não formulada em axioma pelo mais robusto pensador do século (Ribeiro, 2004, p. 13).

Entretanto, conforme Werneck Vianna (1991, p. 148), era “inevitável a inviabilidade do liberalismo político e do sistema de representação onde não havia cidadãos, num contexto agrário dominado pelas relações de dependência pessoal e pela inexistência de um mercado livre de força de trabalho”. Em consonância com a lógica da cadeia evolutiva comteana, Euclides acreditava que a República nasceu como algo natural e inevitável. A influência do positivismo em sua obra, bem como em outros intérpretes, sugere que, de alguma maneira, essa “escola” de pensamento contribuiu para impedir a ruptura da ordem, de modo que os problemas relacionados à terra e ao trabalho não fossem solucionados, porém, ao contrário, agravavam-se.

Gilberto Freyre e a revolução conservadora

A monumental obra de Gilberto Freyre faz desse pernambucano não apenas um dos maiores estudiosos do Brasil como um dos seus principais intérpretes. Mas, como afirmado na “Introdução” deste artigo, interpretar é, antes de tudo, criar. Gilberto Freyre é, desse modo, um dos “criadores” da ideia-Brasil. Pode-se dizer que, assim como Euclides da Cunha modificou a maneira de se pensar sobre o sertanejo, Freyre esquadrinhou e elaborou uma nova forma de se vislumbrar a “cultura brasileira”. Uma forma que reproduz as relações de dominação e impossibilita a caracterização dos setores dominados e dominantes – no mundo freyreano somente há espaço para senhores e escravos.



Para além da enorme divulgação de seus escritos, nacional e internacionalmente, Freyre atuou em atividades culturais e políticas em diferentes momentos, como no Conselho Federal de Cultura e no Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, além de ter sido convidado para ocupar o Ministério da Educação no governo de Castelo Branco¹³ e ter elaborado o programa para a Aliança Renovadora Nacional nos últimos anos (Mota, 1978). De fato, a ideologia forjada pelo autor não pode ser desprezada.

Filho da República Velha, suas obras “indicam os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder. À perda de força social e política corresponde uma revisão, à busca do tempo perdido” (Mota, 1978, p. 58). Para Mota (1978, p. 58), são obras de interpretação e de vertente ensaística que “na verdade, encobrem, sob fórmulas ‘regionalistas’ e/ou ‘universalistas’, o problema real que é o das relações de dominação no Brasil”.

Conforme Darcy Ribeiro (2004, p. 13), Freyre gostava de dizer que, “apesar de descortinar o passado e o futuro e vagar pela terra inteira, é um escritor situado no tempo e no espaço”; mais precisamente, em “sua casa senhorial no bairro dos Apipucos, no Recife, como um neto de senhores de engenho, um branco seguro de sua fidalguia”.

Assim como Euclides – a observação é de Gilberto – escrevia como um ameríndio, um caboclo, Gilberto escreve como um neoluso, como um dominador. Nenhum dos dois é, apenas, uma coisa ou outra, bem sabemos. Mas essas são as figuras que eles assumem, com as quais eles se irmanam e se identificam. Seus livros são louvações delas (Ribeiro, 2004, p. 13).

Tecendo elogios à sua obra-mestra, *Casa-grande & senzala* – sem deixar de criticar seu posicionamento político “tacanhamente reacionário” –, Ribeiro (2004) enfatiza o papel de Freyre como “fundador” do Brasil:

Creio que poderíamos passar sem qualquer dos nossos ensaios e romances, ainda que fosse o melhor que se escreveu no Brasil. Mas não passaríamos sem *Casa-grande & senzala*, sem sermos outros. Gilberto Freyre, de certa forma, fundou – ou pelo menos espelhou – o Brasil no plano cultural tal como Cervantes à Espanha, Camões à Lusitânia, Tolstoi à Rússia, Sartre à França. É certo que houve em nosso caso como nos outros alguns gestos mais, uns antes – ontem, o Aleijadinho, entre poucos – outros, depois – hoje, Brasília, de Oscar – mas, sem dúvida, entre eles está o de Gilberto (Ribeiro, 2004, p. 9).

Tendo sido aluno do antropólogo Franz Boas (1858-1942), Freyre chegou à Sociologia por intermédio da Antropologia. Não por acaso, ao percorrer as páginas de *Sobrados e mucambos*,

¹³ Para que aceitasse o cargo, exigiu que todos os reitores e conselhos universitários fossem demitidos. Como sua condição não fora atendida, não chegou a ocupar o posto (Mota, 1978).



deparamo-nos com um viés culturalista, seja pelas passagens dedicadas à vida privada e erótica, seja pelos momentos em que nos são apresentados costumes, hábitos, gostos, culinária e vestimentas. Preocupado ele mesmo com os desígnios de sua geração, o sociólogo lembrara do período em que estivera ao lado antropólogo teuto-americano no primeiro prefácio de *Casa-grande & senzala*:

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos problemas da Rússia do que eu pelos do Brasil, na fase em que conheci o prof. Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração, de nossa maneira de resolver questões seculares (Freyre, 1978, p. xxiii).

Mas embora as teorias de Boas tenham lhe proporcionado um ambiente intelectual de “ideias modernas”, a busca de Freyre por um passado “nacional” o levou a uma perspectiva contrária:

Consequentemente, a teoria de Boas equivaleria à negação da possibilidade de uma descrição global da “mentalidade de um povo”, ou do que seria denominado caráter nacional. Ora, as interpretações de Gilberto Freyre partem da suposição contrária, isto é, da ideia de que há certas características, não exclusivamente de raças, mas de povos, e que seriam determinadas pela intenção de raça e ambiente. Neste sentido, Gilberto Freyre indiscutivelmente se afasta de Franz Boas e se aproxima da tradição de estudos brasileiros de caráter nacional (Leite *apud* Mota, 1978, p. 62).

Vale frisar que o ponto de Freyre não é o de classe, ainda que dedique um capítulo a ela; não se trata de uma visão classista. O ponto é que não é pela afirmação da identidade que o Brasil fará sua trajetória, cujo teatro de operações é a cultura. O transformismo, nesse sentido, tema gramsciano clássico, é uma das chaves desse e de outros intérpretes, isto é, trata-se de um processo de lenta e gradual transformação.

Ademais, a questão racial é demasiadamente importante em sua obra. O que antes era visto como um traço recessivo e negativo passou a ser entendido como uma nova preocupação das relações inter-raciais, uma afirmação de nosso contingente demográfico – em oposição a um Tavares Bastos, por exemplo –, uma nova “democracia”. Freyre critica as ideologias racistas e os determinismos climáticos e opta pelo movimento contrário: a valorização da mestiçagem racial e cultural brasileira (Sallum Junior, 2000).

Em *Sobrados e mucambos*, seu foco recai sobre as modificações dos arranjos societários, os quais, do final do século XVIII até a segunda metade do século XIX, abalaram “os mecanismos de integração social” que “tinham convertido o patriarcado rural, sob muitos aspectos, em modelo de equilíbrio entre os processos de subordinação e acomodação entre classes, entre raças

e entre culturas distintas” (Freyre *apud* Sallum Junior, 2000, p. 330-331). Conforme seu subtítulo, o livro trata da “decadência do patriarcado rural e [do] desenvolvimento do urbano”.

Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) utiliza a expressão “antagonismos em equilíbrio” – substituída depois por “trégua” – para analisar a tese freyreana. Há antagonismos que se radicalizam, mas não são levados a confronto; é uma dialética que sempre se recompõe, uma dialética sem síntese, na qual os dois polos antagônicos encontram formas de equilíbrio, precário, mas que sempre volta a se restituir. O mulato assume esse sentido, na medida em que surge da oposição entre brancos e negros. É ele que, pelo seu dinamismo, será o elemento de intercomunicação, estabelecendo uma ponte entre o passado, o presente e o futuro.

Como observamos pela análise de outros ensaios, antes de suas interpretações, predominava em nossa literatura o tema do fracasso diante do irmão norte-americano, tão rico e industrioso, bafejado pela fortuna, a exemplo do texto de Tavares Bastos e de outros ocidentalizadores. Havia sempre um sentimento de privação e de ausência, que Freyre irá sacudir e derrubar, criando um brasileiro dionisíaco de festas e carnavais – como DaMatta (1997) concluirá, sem, todavia, exaltar a cultura ibérica.

Dando continuidade aos argumentos anteriormente desenvolvidos em *Casa-grande & senzala*, em *Sobrados e mucambos*, Freyre combate as crenças derivadas do universo intelectual europeu predominantes na sociedade brasileira de então, quais sejam, as que faziam crer que nossas “deficiências” seriam oriundas de nossas características climáticas (clima tropical, não temperado), das “raças impuras” que aqui habitavam ou do tipo de colonização e/ou colonizador que recebemos, tendo em vista que não eram ingleses progressistas.

Conforme recordado por Werneck Vianna em sala de aula, a suavização das relações sociais através da domesticidade abordada por Gilberto Freyre, fora descrita, igualmente e de maneira primorosa, por Joaquim Nabuco, em *Minha formação*, publicado originalmente em 1900, cujo parágrafo em questão seria, posteriormente, musicado por Caetano Veloso, em “Noites do Norte”, canção do álbum homônimo, lançado em 2000, inspirada no seguinte relato:

É que tanto a parte do senhor era inscientemente egoísta, tanto a do escravo era inscientemente generosa. A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ele povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a na dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do

pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel. Este pareceu-me, por contraste com o instinto mercenário da nossa época, sobrenatural a força de naturalidade humana, e no dia em que a escravidão foi abolida, senti, distintamente, que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração humano se tenha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível (Nabuco, 1998, p. 161).

Publicado em 1936, *Sobrados e mucambos* nasce em um contexto de efervescência tanto no Brasil quanto na Europa, onde o regime nazifascista alemão completava três anos. Nossa literatura anterior não somente expunha nossos fracassos, mas também se debruçava sobre a questão racial. Entretanto, contrariando as noções que até então imperavam, Freyre observara que as regiões onde a miscigenação mais vicejou foram justamente as mais fecundas em “grandes homens”.

Para Freyre, identidades bem recortadas e definidas seriam impossíveis, e cada vez mais a integração geraria algo novo. Freyre e Darcy Ribeiro, para os quais as diferenças que persistem são sempre residuais, avizinham-se nessa visão messiânica de democracia racial, ameaçada pela modernização brasileira. O momento histórico central em *Sobrados e mucambos* é a passagem da sociedade patriarcal para a sociedade burguesa moderna, cujo acontecimento capital é a vinda da Corte.¹⁴ Iniciar-se-á, assim, a substituição gradual do orientalismo pela “re-europeização”.

Diferentemente de Euclides da Cunha, Freyre analisa a chegada de D. João VI com ressalvas. O assentamento do monarca ensejou a urbanização da sociedade e o surgimento de novas formas de subordinação, “novas distâncias sociais entre as classes, raças e modos de vida. As relações de poder se renovam, mas o domínio – embora distinto – continua dos senhores, dos brancos e dos homens” (Sallum Junior, 2000, p. 331). Ocorre, pois, a intensificação dos antagonismos que, apesar de lentamente se “acomodarem”, não chegam ao equilíbrio existente no período colonial, isto é, antes da decadência do patriarcalismo rural.

Ambiguidade em equilíbrio significa que não há revolução; há, ao revés, equilíbrio entre antagonicos: negros, brancos, mulatos. Essa plasticidade, segundo Buarque de Holanda (2006), é oriunda da herança ibérica. Freyre, nesse sentido, não é partidário dos holandeses, aos quais tece críticas em inúmeras páginas de *Sobrados e mucambos*. Seu partido é o do catolicismo, capaz de fazer com que seus santos fossem apropriados e ressignificados por outras religiões.

Sobrados e mucambos, como afirmado, trata da decadência do patriarcalismo e do início do processo de revolução e modernização burguesa do Brasil. É a mesma chave analítica utilizada em *Casa-grande & senzala* (1933): a tensão entre nosso orientalismo, presente na “cultura” e na

¹⁴ O acontecimento marco para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (de 1936), é a abolição da escravatura.

“raça”, com o moderno. Nós podemos, de acordo com Freyre, ser a ponta de uma civilização nova, resultado de um processo de miscigenação e mobilidade social permanente.

Caixeirinhos de tamancos tornaram-se no Brasil do século XIX senhores comendadores, excelências, titulares. Caixeiros – repita-se – chegaram a barões, a viscondes, a grandes do Império. Comerciantes industriais e até artistas de extrema habilidade morreram no século XIX tão ostensivamente nobres quanto os senhores de terras e, mais do que muitos destes, donos de palacetes suntuosos, de carruagens elegantes, de porcelanas marcadas com a coroa de barão ou de visconde, de fardas douradas, de condecorações brilhantes como as dos militares. A mesma mobilidade que favoreceu entre nós a ascensão de mestiços, de mulatos, de homens de cor, à condição sociológica de brancos, favoreceu a ascensão à condição política de nobres, de comerciantes, industriais, artistas de origem obscura e de começos difíceis (Freyre, 2012, p. 398).

Entretanto, trata-se de uma perspectiva modernizante conjugada ao mandonismo do senhor de engenho:

Nessa medida, o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível. O resultado, avaliado em termos de produção, se constitui em uma oscilação entre a saga da oligarquia e o desnudamento da vida interna do estamento ao qual pertence: o resultado global, considerada a história das relações de dominação, reponta na valorização de um tipo de relacionamento racial que dê abertura para a mestiçagem. Nesse ponto residiria o pretensão modernismo da obra freyreana (Mota, 1978, p. 55).

Ao se adotar essa perspectiva, nota-se que sua proposta rompia, aparentemente, com os ensaístas que o antecederam, pois, na prática, a ideologia da “democracia racial” serviu à mesma proposta pretensamente científica “da separação entre as ‘raças’, elemento essencial a ser preservado numa sociedade de estamentos e castas” (Mota, 1978, p. 55). Por isso, falo em uma ruptura conservadora.

Obviamente, não se pretende tomar Gilberto Freyre como bode expiatório de nossos males, de nossas desigualdades socioeconômicas. Todavia, devido à enorme repercussão e influência de sua obra, ao fato de se tratar de um intérprete do Brasil – e, portanto, de um criador – e ao caráter ideológico que lhe é inerente (Mota, 1978), sugiro que seus argumentos, notadamente a noção de “democracia racial”, contribuíram, como as ideias positivistas, para impedir o rompimento com a ordem vigente. Nesse sentido, a ruptura de Freyre com a geração ensaística brasileira é essencialmente conservadora. Tendo penetrado na “formação das almas”, seu pensamento, ainda que tenha afirmado positivamente o Brasil e o brasileiro, perpetua nossos problemas seculares, seja o da terra e o do trabalho, seja o da conquista da cidadania.



Não à toa, as contradições na obra freyreana às vezes beiram ao absurdo. Ribeiro (2004) nos recorda, por exemplo, do dualismo sadismo/masochismo. Eis a relação de causa e efeito: o branco aprendera a torturar desde cedo seu “moleque de brinquedos”, adquirindo, em seguida, o gosto de torturar escravos, para, por fim, “oprimir quem quer que esteja por baixo” (Ribeiro, 2004, p. 21); daí a origem de seu sadismo, cujo traço característico é o mandonismo. Mas este estaria acompanhado pelo masochismo, isto é, pelo outro, o oprimido, que gostava de ser torturado e machucado. O brasileiro, enquanto síntese dessa dicotomia, seria um sadomasochista.

Contrastes finais

Apesar da importância dos autores aqui elencados, creio que seria necessária uma análise mais extensa e profunda para que pudéssemos melhor compreender as inúmeras “gerações” ensaísticas brasileiras. Todavia, isso não invalida o argumento aqui defendido. Com sua notável erudição, Freyre leu vorazmente autores nacionais e estrangeiros, os quais o influenciaram direta ou indiretamente. Por outro lado, como autêntico intérprete de nossa sociedade – e criador – não negligenciou as questões levantadas por aqueles que o antecederam, a exemplo de Visconde do Uruguai, Tavares Bastos e Euclides da Cunha.

O primeiro, adepto do pensamento toquevilleano, sustentava que somente aconteceríamos no futuro. Éramos incapazes, e nossos hábitos, costumes e histórias, inadequados ao modelo desejado, isto é, o norte-americano. Daí a necessidade defendida por Visconde do Uruguai de o poder estar concentrado, a fim de que os governantes decidissem sobre os rumos do nosso destino. Freyre, diferentemente, acreditava que já havíamos acontecido, uma vez que não haveria um caminho possível, mas vários, a depender da cultura de cada sociedade. A nossa, mergulhada na tradição ibérica, tinha muitas vantagens se comparadas às da Europa e dos Estados Unidos.

Nosso outro “americanista”, Tavares Bastos, chegou a diagnosticar que precisávamos de imigrantes anglo-saxões, brancos e protestantes, para que houvesse a modernização econômica do país. Se assim não o fosse, estaríamos fadados a penar sob as sombras da escravidão. Ainda que reconheça as atrocidades do regime escravocrata, Freyre observa que, no Brasil, as relações entre senhores e escravos não foram totalmente assimétricas. Na verdade, a articulação das qualidades dos portugueses, negros e indígenas gerou uma síntese profícua: o mulato, espécie de herói situado entre o passado e o futuro.

Essa união entre as “raças” destoava da tese de Euclides da Cunha, segundo a qual estávamos sujeitos à fragmentação constante. Ainda que o autor de *Os sertões* (1902) tivesse razão quanto ao fato de o Estado brasileiro ter sido fundado sob a égide de uma teoria política, a unidade também se espraiava pela sociedade por intermédio de aspectos sociológicos e antropológicos bastante positivos. Assim, para Freyre, havia uma acomodação capaz de amortecer as tensões e os conflitos. Prova disso era a dinâmica de nossa mobilidade social, que

supostamente permitia tanto a negros e mulatos ascenderem socialmente quanto a comerciantes e industriais alcançarem à condição de nobres.

Entretanto, a despeito dos aspectos positivos ressaltados por Freyre, bem como do contraste com aqueles intérpretes, observamos anteriormente que sua afirmação do “povo brasileiro” não significava uma transformação radical das estruturas sociais vigentes. Ao contrário, as relações de dominação permaneciam intactas. Nesse sentido, a noção de “democracia racial” contribuiu, assim como as ideias positivistas, para impedir o rompimento com o *status quo*. É sob essa perspectiva que a ruptura de Freyre com a geração ensaística brasileira é conservadora: a mudança social está sempre acompanhada da conservação de elementos representativos do passado. A igualdade e a cidadania tornam-se, dessa forma, inatingíveis às camadas em desvantagem social e econômica. Apesar da acomodação, os sobrados subjagam os mucambos, como as casas-grandes em relação às senzalas.

Referências

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. Entre a autoridade e a liberdade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CUNHA, Euclides da. Da independência à república. In: CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, DF: UnB, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. Gilberto Freyre: uma introdução à Casa-Grande e senzala. In: RIBEIRO, Darcy. *Gentildades*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. Visconde do Uruguai e a ética do estadista. *Revista Estudos Filosóficos*, São João Del-Rei, n. 7, p. 139-152, 2011.
- RODRIGUES, José Honório. Tavares Bastos. In: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.
- SALLUM JUNIOR, Brasília. Sobrados e mucambos. In: MOTA, Lourenço Dante (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2000. v. 2.
- VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 145-189, 1991.